



PROCESSO N.º	16.119-5/2022
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADO	IVANDIR VILELA DE MORAES
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

6. Nesse contexto, a aposentadoria por incapacidade permanente caracteriza-se, em síntese, como um benefício previdenciário devido ao segurado que for considerado incapacitado de forma total e permanente para o exercício do trabalho, sem possibilidade de reabilitação em outra atividade compatível com as limitações físicas ou psíquicas decorrentes da incapacidade.

7. Com efeito, a concessão deste benefício previdenciário observou os comandos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, e dos artigos 140-A, § 1º, inciso II, e 140-B da Constituição Estadual de Mato Grosso, c/c o artigo 26, § 2º, incisos II e III, da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

8. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício da aposentadoria por incapacidade permanente, evidenciando que o Ato em exame possui respaldo constitucional e merece o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

III. DISPOSITIVO DO VOTO

5. Ante o exposto, considerando que o Ato atendeu todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção ao artigo 43, inciso II, da Lei Complementar n.º 269/2007 - TCE/MT, acolho o **Parecer Ministerial n.º 2.966/2023**, da lavra do





Procurador-Geral de Contas Adjunto **William de Almeida Brito Júnior**, e **VOTO** no sentido de:

a) **registrar o Ato n.º 2.959/2022**, disponibilizado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 29/6/2022, que concedeu **aposentadoria por incapacidade permanente**, com proventos correspondentes a 60% da média aritmética simples das remunerações e com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, ao Sr. **Ivandar Vilela de Moraes**, servidor efetivo, no cargo de Investigador de Polícia, classe “B”, nível “006”, lotado na Polícia Judiciária Civil, no município de Cuiabá/MT.

6. É como voto.

Cuiabá/MT, 9 de maio de 2023.

assinatura digital¹
Waldir Júlio Teis
Conselheiro Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

